

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
GERÊNCIA DE PROGRAMAS DE AÇÃO COMUNITÁRIA

AÇÃO COMUNITÁRIA: lugar privilegiado da prática educativa.

Rio de Janeiro, 1979

Preocupa-nos a reflexão crítica sobre a experiência do MOBRAL na área da ação comunitária, enquanto lugar privilegiado da prática educativa.

A experiência educativa do MOBRAL é, portanto, o referencial teórico e prático desta discussão.

Entendemos que este procedimento facilita e enriquece a reflexão crítica, na medida em que os conceitos a serem trabalhados estarão referidos a um quadro teórico que pensa uma experiência concreta de educação.

Afinal, sabemos que os conceitos de comunidade, ação comunitária e outros correlatos não são unívocos.

I - A HISTÓRIA DA DISCUSSÃO

O MOBRAL foi organizado sob o conceito da educação continuada de adultos e adolescentes.

A criação do MOBRAL, em 1967, representou, sem dúvida, um ato de ousadia... Assim, em 1970, ano em que o MOBRAL iniciou regularmente suas atividades, caracterizava-se uma missão grandiosa e pioneira: por um lado, o MOBRAL se propunha a erradicar o analfabetismo até 1980, por outro, implantar toda uma infraestrutura que lhe permitisse oferecer à população brasileira um leque de opções em termos educacionais, tal como preconiza a lei que o criou (1).

Isto é, a educação entendida como um processo contínuo, que encontra nos anseios, nas necessidades e nas expectativas diversificadas e cada vez mais complexas da população o seu lugar de incidência.

Desta perspectiva educacional, escreve-se a história de 9 anos de MOBRAL, em que, na prática, produziu-se uma teoria de educação centrada na ação comunitária.

(1) Ramos, O. Cleide e Fonseca, S. Maria - "Por um sistema de Educação Permanente", in Educação de Massa e Ação Comunitária, Arlindo Lopes Corrêa, editor - Rio de Janeiro, AGGS: MOBRAL, 1979.

E por que na ação comunitária?

Porque a ação comunitária é um lugar privilegiado de diagnóstico da situação de vida das pessoas e de busca de alternativas educacionais para a participação social.

O processo educativo centrado na ação comunitária relaciona os anseios, as necessidades e as expectativas das pessoas com a situação de vida mais ampla que condiciona o modo de vivê-los e as possibilidades da atuação pedagógica que busca ampliar a sua participação social.

O sistema MOBREAL de educação de adultos e adolescentes - com as ofertas educacionais nas áreas de alfabetização, educação integrada (supletivo do 1º grau), profissionalização, saúde e de cultura - construiu-se no desenvolvimento deste processo educativo.

A história da ação do MOBREAL junto às comunidades permitiu que se criasse uma metodologia de trabalho comunitário consubstanciada no Programa Diversificado de Ação Comunitária. Este programa foi concebido como uma forma de conscientização da comunidade no sentido de que todos trabalham para conhecer a realidade local, decidem transformá-la, buscam meios para realizar tal transformação e, finalmente agem no sentido dessa transformação.

É ainda a história da educação desenvolvida pelo MOBREAL que permite que hoje se possa descrever, dentro do quadro mundial da educação de adultos, a sua luta pela

instalação no país de um sistema de educação permanente (2).

É deste processo educativo que nos ocupamos, embora tenhamos como referência mais particular os resultados de implantação do Programa Diversificado de Ação Comunitária - PRODAC, do MOBRAL.

Implantado em 1975, o Programa Diversificado de Ação Comunitária está hoje em 340 municípios brasileiros, abrangendo todos os Estados e Territórios. Nestes municípios, atua em mais de 1.100 áreas, através de cerca de 1.300 grupos comunitários e envolvendo diretamente cerca de 600 mil pessoas.

(2) Ramos, O. Cleide e Fonseca, S. Maria - "Por um Sistema de Educação Permanente", in Educação de Massa e Ação Comunitária, Arlindo Lopes Corrêa, editor, AGGS: MOBRAL, 1979.

II - EDUCAÇÃO DE ADULTOS E ADOLESCENTES: o que entendemos

O conceito de educação de adultos e adolescentes, neste sentido de educação centrada na ação comunitária, põe em primeiro plano a relação indivíduos-sociedade.

A educação de adultos e adolescentes é ao mesmo tempo um diagnóstico desta relação e uma proposta que visa mantê-la, aprofundá-la ou corrigí-la. Neste sentido, implícita ou explicitamente, a educação de adultos e adolescentes destaca a forma como os indivíduos e grupos se inserem e participam na estrutura social e contribuem para o seu desenvolvimento.

Através de uma prática educativa concreta, criam-se situações que envolvem agentes e clientela determinadas, onde se adquirem e se desenvolvem conhecimentos, atitudes e valores sobre a estrutura e processo social e formas de solucionar os problemas identificados.

Concebida desta forma, a educação de adultos e adolescentes é vista como um processo que se dá no espaço da comunidade e ao longo do tempo de vida do educando (3).

As oportunidades educativas têm no "espaço comunitário" o seu

(3) Corrêa, Arlindo Lopes - in "Educação Onipresente, Onisciente e Onipotente", fascículo, MOBREAL, 1979.

amplo lugar de ocorrência, não se limitando portanto a ambientes específicos, como salas de aula e outros.

Entretanto, mais importante que esta "ambiência irrestrita" da educação, é o seu caráter diversificado e complexo daí decorrente. O processo educativo escapando de quaisquer padronização ou receitas.

Estas considerações indicam, por sua vez, alguns pressupostos metodológicos de uma prática educativa centrada na ação comunitária:

- O caminho que deve ser buscado é o da integração (troca) entre o conhecimento dos agentes e o conhecimento da população envolvida na prática educativa. A experiência de vida da população se distancia da experiência dos agentes que não vivem a sua experiência.
- A eficácia do processo educativo está diretamente relacionada com a participação efetiva do agente nas ações comunitárias, já que é nesta participação comum que se dá a troca de experiências. Troca em que o conhecimento e a experiência de um e a experiência e o conhecimento de outros se transformam em instrumentos a serem utilizados por ambos - população e agente - na análise da realidade e das possibilidades de modificá-la.
- O processo educativo deve perseguir o objetivo mais amplo da participação social efetiva dos grupos sociais envolvidos na ação comunitária, em todo e qualquer de seus momentos.
- As atividades comunitárias devem ser consideradas como situações educativas, sendo fundamental o modo como se realizam.
- As atividades comunitárias devem corresponder às necessidades sociais afirmadas pelos próprios grupos sociais, bem como às

suas possibilidades de elaborar e concretizar propostas que ampliem a sua participação social.

- O agente não deve substituir a população no diagnóstico de sua situação. Tampouco deve o agente se colocar no lugar da população no momento em que esta busca a solução de seus problemas junto a autoridades e instituições competentes.

Saía de casa às três horas da madrugada e chegava aqui às seis, era dos que chegavam primeiro. Quando era depois de onze horas, pisava para trás e chegava lá pelas três da tarde. No outro dia, mesma coisa. A gente é sujeita ao escuro, a dar topada de arrancar as unhas na ladeira que dava até gosto. Mas eu prometi desde Natal que nos quinze dias tirava e tirei, nê. Quase cego. Sim senhora, quase cego. Mas as meninas prometeram escrever graúdo para mim e, por conta dessas letras graúdas tirei nos quinze dias e hoje tô me achando muito feliz, porque os pobres - que eu lá em casa tenho muita gente que não pode vir - já assinam o nome, nê. O meu pouco saber fui passando para eles e quase todos já assinam. Então, por conta disso, eu tô achando que essas viagens que eu dei não foi prejuízo, não senhora. E tô satisfeito. E cada coisa que houver aqui dentro da comunidade, eu tô dentro (4).

(4) Depoimento de morador da Serra João do Vale, Rio Grande do Norte, que participa do programa de ação comunitária do MOBREAL.

III - COMUNIDADE, DIAGNÓSTICO E SUPERVISÃO

Já que buscamos na prática do MOBREAL, ou seja, no processo educacional que desenvolve através da ação comunitária, os referenciais para conceituar a educação de adultos e adolescentes, é também desta experiência que refletimos sobre conceitos básicos em um trabalho de comunidade.

Entendemos oportuno indicar, neste Seminário, como vimos conceituando comunidade. De que postura definimos comunidade? E, em seguida, adiantamos nossas reflexões sobre duas questões básicas no trabalho de ação comunitária: a questão do diagnóstico e a da supervisão.

a. Comunidade

O conceito de comunidade já tem uma trajetória longa. É empregado em muitos sentidos. Dependendo dos objetivos perseguidos pelos programas desta ou daquela instituição que trabalha em ação comunitária, o conceito de comunidade toma este ou aquele sentido.

Em termos gerais, entretanto, podemos dizer que o conceito de comunidade segue esta história (5):

(5) Esta história está melhor desenvolvida no texto "El concepto de comunidad y su relación con los programas de salud", in Educación, Medicina y Salud, vol. II, nº 3 (1977), de Domingo da S. Gandra.

- De início, a expressão comunidade resulta de uma visão da realidade a partir da noção de estrutura. A comunidade representa uma totalidade. Em outros termos, a comunidade é entendida em um agrupamento humano que constitui uma unidade autônoma em relação a outras unidades.

- Quando os estudos de comunidade se dirigem para localidades rurais, bairros afastados, povoados e outros agrupamentos humanos, concluiu-se que a organização destes indivíduos reproduz o modo de vida de uma sociedade mais ampla. Comunidade deixa de ser entendida como uma totalidade, é, antes disto, um segmento desta totalidade.

- Numa terceira abordagem, a expressão comunidade define o momento em que as pessoas se reúnem para resolver cooperativamente um problema. Neste sentido, as pessoas constituem uma comunidade no momento em que se vêm vivendo problemas comuns (6).

Concebendo-se a ação comunitária como lugar da educação, e, neste sentido, a comunidade como um espaço educativo, esta será conceituada a partir de uma abordagem pedagógica voltada para a participação social.

Do ponto de vista do MOBREAL, o conceito de comunidade é pensado a partir de sua prática educativa através da ação comunitária.

(6) Para ilustrar e enriquecer este esquema, basta procurarmos as definições de comunidade de Donald Pearson, de Talcott Parsons, de Max Weber e outros. Admitamos, então, que nos vemos diante de um conceito com diversas acepções.

Assim sendo, é a abordagem pedagógica que possibilita aos grupos sociais se conhecerem enquanto comunidade, na medida em que propiciando o autoconhecimento de uma situação estrutural comum, cria condições para que estes grupos sociais explicitem seus interesses e suas necessidades e se instrumentalizem em vista de maior participação social.

Se relacionamos este conceito com as três linhas de definição de comunidade esboçadas acima, podemos dizer que se diferencia da primeira - a comunidade entendida como uma totalidade autônoma na medida em que a comunidade surge de uma abordagem pedagógica que relaciona os interesses de diferentes grupos sociais com a estrutura global da sociedade.

De outro lado, distingue-se da segunda linha de definição - a comunidade enquanto segmento da totalidade - já que se entende que os interesses dos grupos sociais trabalhados não são apenas "pedaços" de um todo, mas, fundamentalmente, interesses que mantêm uma relação complexa - de diferenciação, de conflito, de identidade com os interesses de outros grupos e com a totalidade social.

Em relação à terceira linha de definição - comunidade enquanto o momento de ação comum - entendemos que deixa de discutir as origens dos interesses comuns (o que gera estes interesses) e as relações concretas dos diversos interesses sociais entre si e com o conjunto da sociedade.

Na perspectiva pedagógica que sugerimos, o conceito de comunidade privilegia uma forma de trabalho educativo, ou seja, aquela que procura aproveitar ao máximo as possibilidades dos diferentes grupos sociais expressarem comunitariamente a sua forma de

existência, suas necessidades e interesses, bem como se organizarem e agirem visando melhorar as suas condições de vida.

Comunidade é, portanto, a forma de expressão da identidade estrutural de um ou mais grupos sociais, construída na sua conscientização, organização e participação no processo de desenvolvimento.

b. Diagnóstico

A questão do conhecimento da realidade a ser trabalhada num programa de ação comunitária parece-nos das mais polêmicas.

Se em algum momento de sua história, a ação comunitária pecou pelo empirismo, é certo que hoje pecamos em achar que a pesquisa "científica" garante o sucesso da ação comunitária.

A prática de questionários e de tabulações, com suas perguntas e respostas que atendem mais ao interesse do próprio pesquisador ou da instituição para a qual ele trabalha do que aos interesses dos grupos sociais envolvidos na ação comunitária, mascara o que é conhecer numa prática voltada para a participação social.

Se nos preocupa um conhecimento que se relaciona com a prática educativa, através da ação comunitária, cremos existirem alguns pressupostos metodológicos:

- Busca-se a produção de um conhecimento que possibilita à população envolvida se situar bem diante das questões que ela

vive como problemas. Isto é, o tipo de conhecimento que nos interessa é aquele que possibilita às pessoas conhecerem melhor a realidade onde vivem, para maior participação social.

Quando a gente não conhecia os problemas do município, podia ficar parado. Depois que houve a pesquisa e tomamos conhecimento deles, não dá mais. Está na consciência da gente (7).

- A aquisição e o desenvolvimento do conhecimento da realidade deve ser elaborado pelos grupos sociais e agentes, através de ações concretas.

- O saber produzido na troca entre os agentes e grupos sociais deve partir das suas condições de vida. Somente desta forma, estes grupos desenvolverão meios de participação social.

- A participação social através da ação comunitária exige um conhecimento que respeite e analise as formas, mesmo rudimentares, de associação e organização destes grupos.

Delineados estes quatro pressupostos metodológicos de um conhecimento que possibilita a prática educativa através da ação comunitária, entende-se que o conhecimento de que necessitamos é aquele que se mostra capaz de apreender as condições de vida dos grupos sociais, em suas articulações básicas. Para tanto, cabe-nos conhecer:

(7) Depoimento de membro do Grupo de Ação Comunitária, do Programa Diversificado de Ação Comunitária - PRODAC, de Dourado, São Paulo.

- os diferentes interesses existentes na área;
- como se relacionam estes diferentes interesses nas diversas práticas dos grupos sociais;
- como, quando e onde são gerados estes diferentes interesses;
- de que maneira são percebidos estes interesses; e
- como se administram, através das organizações existentes, estes interesses.

c. Supervisão

Finalmente, algumas considerações sobre a questão da supervisão de um programa de ação comunitária.

De início, convém relembrar que não estamos discutindo um programa de ação comunitária qualquer, mas uma proposta de ação comunitária enquanto lugar privilegiado de uma prática educativa. E a prática sobre a qual refletimos é a do MOBREAL.

Neste sentido, a ação comunitária não é o fim, mas o meio através do qual se processa a educação e que abrange, portanto, as diversas situações educativas de vida dos grupos sociais.

Entendemos que a supervisão deve captar o processo educativo desencadeado através da ação comunitária, qualificando-o e introduzindo as correções necessárias em função dos objetivos que se pretende atingir. A supervisão, portanto, constitui-se em um mecanismo permanente de avaliação da prática educativa.

Daí decorre que o objeto da supervisão é o próprio processo

educativo. Em outros termos, a supervisão terá maiores possibilidades de cumprir a tarefa de avaliação se tiver como referencial maior de análise e intervenção os objetivos educacionais perseguidos pelo programa de ação comunitária em cada um dos locais em que se desenvolve.

O objeto da supervisão não é uma proposta educativa geral, tampouco um "currículo" educacional que padroniza e nivela a educação, mas uma prática educativa concreta, com grupos sociais concretos e numa situação concreta.

Cabe observar, também, que a supervisão não deve analisar as ações comunitárias em si, mas o caráter educativo destas ações. Isto é, importa analisar a contribuição das ações comunitárias na instrumentalização de pessoas e grupos sociais para a sua participação social.

A estes dois pressupostos metodológicos da supervisão, acrescentamos os seus aspectos básicos:

- A supervisão deve analisar inicialmente a forma como se definiram os objetivos de uma prática educacional. Deve-se indagar sobre os elementos que foram trabalhados na definição dos objetivos da proposta educacional, e sobre o modo como intervieram nesta definição.
- A análise dos grupos sociais envolvidos na prática educativa é o segundo aspecto básico da supervisão. Cabe indagar-se sobre as características próprias destes grupos sociais e sobre a adequação dos objetivos da prática educativa para a sua participação.
- Na medida em que a prática educativa através da ação comunitária

se desenvolve com a interveniência de agentes, a supervisão deve determinar a qualidade e a extensão da sua interferência, enquanto elementos do processo. Cabe saber se os agentes educadores atuam de acordo com os pressupostos metodológicos da prática educativa, e, neste sentido, de que tipo de capacitação mais necessitam.

- Os recursos institucionais envolvidos na prática educativa são outro aspecto básico da supervisão. Tanto os da instituição diretamente responsável pelo programa, quanto os de outras instituições que porventura nele se envolvam. Cabe indagar sobre o modo de alocação e utilização dos recursos materiais e financeiros, analisando como a população participa destas decisões. Evidentemente, a presença de mais de uma instituição numa mesma prática educativa supõe uma supervisão que dê conta da identidade, ou não, de concepção de trabalho destas instituições.

- Por último, cabe supervisionar os resultados obtidos nesta prática educativa. Deve-se detectar a contribuição qualitativa da educação desencadeada pela ação comunitária. Isto é, deve-se analisar se o programa está contribuindo para a ampliação da participação dos grupos sociais no processo de desenvolvimento.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Eram estas as reflexões que gostaríamos de deixar à crítica de todos que participam deste Seminário.

Sabemos que trilhamos caminhos que outros também estão trilhando. Falamos, querendo ouvir. Ouvimos, ansiosos por falar do que já aprendemos e das expectativas que nutrimos por um trabalho construído com a participação de muita, mas muita gente mesmo.

CONSULTA

- Corrêa, Arlindo Lopes - EDUCAÇÃO DE MASSA E AÇÃO COMUNITÁRIA, editor, Rio de Janeiro, AGGS: MOBREAL, 1979.
- "Educação Onipresente, Onisciente e Onipotente", fascículo, Rio de Janeiro, MOBREAL, 1978.
- Ramos, O. Cleide e
Fonseca, Maria - "Por um Sistema de Educação Permanente", in EDUCAÇÃO DE MASSA E AÇÃO COMUNITÁRIA.
- Ramos, O. Cleide - "A funcionalidade nos Programas do MOBREAL", fascículo, Rio de Janeiro, MOBREAL, 1976.
- Silva, da Maria
Lúcia Carvalho - "Algumas noções sobre comunidade", in DESENVOLVIMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE, Brasília, 1973.
- Gandra, Domingo da
S. - "El concepto de comunidad y su relación con los programas de salud", in EDUCACIÓN, MEDICINA Y SALUD, vol. II, nº 3 (1977).
- AÇÃO COMUM, nº 1 - periódico, documenta o Programa Diversificado de Ação Comunitária - PRODAC, do MOBREAL, na Serra João do Vale, Rio Grande do Norte, 1978.

AÇÃO COMUM, nº 2 - periódico, documenta o Programa Diversificado de Ação Comunitária - PRODAC, do MOBREAL, no município de Água Doce, Santa Catarina.

AÇÃO COMUM, nº 3 - periódico, documenta o Programa Diversificado de Ação Comunitária - PRODAC, do MOBREAL, no município de Dourado, São Paulo.

Relatos de experiência do Programa Diversificado de Ação Comunitária - PRODAC, do MOBREAL.